

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

HAILTON MORAES ARAÚJO

**UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NAS
EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA BRASILEIRA**

**UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2020**

HAILTON MORAES ARAÚJO

**UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTAGÍVEIS NAS EMPRESAS
LISTADAS NA BOLSA BRASILEIRA**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profa. Dra. Maria Elisabeth M. C. Andrade

**UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2020**

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar a evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas participantes dos níveis de governança corporativa da bolsa da Bolsa, Brasil Balcão (B3). Por meio de um estudo descritivo, qualitativo e utilizando a técnica do tipo documental, analisou-se as demonstrações financeiras padronizadas do exercício findo em 2018 das empresas participantes dos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 (Novo Mercado; Nível 1; Nível 2; Bovespa Mais; e Bovespa Mais 2). A partir do CPC 04 – Ativo Intangível, segregou-se os quesitos de análise para verificar a evidenciação nas empresas da amostra. Os resultados apontaram que as empresas apresentaram altos percentuais de aderência aos quesitos presentes no normativo CPC 04, que regula a mensuração, o reconhecimento e a divulgação dos ativos intangíveis. Analisando os setores econômicos, o setor de Gás e Biocombustíveis foi aquele que apresentou maior percentual de evidenciação, possível consequência do alto grau de exigibilidade de normas governamentais que regulam o setor. Observando os resultados segregados por nível de governança corporativa, constatou-se que as empresas do Nível 2 foram aquelas que apresentaram os maiores percentuais de evidenciação das informações, enquanto que o Nível Bovespa Mais foi aquele com menor percentual. Mesmo o menor percentual de evidenciação do Nível Bovespa Mais não foi considerado baixo, mostrando que as empresas participantes dos níveis de governança corporativa da B3 têm um percentual de aderência da norma CPC 04 satisfatório.

Palavras-chave: Evidenciação. Ativos intangíveis. Governança Corporativa.

ABSTRACT

The objective of the study was to analyze the disclosure of intangible assets in companies participants of the B3 corporate governance levels. Through a descriptive, qualitative study and using the documentary type technique, the standardized financial statements for the year ended 2018 of the companies that participated of the differentiated levels of corporate governance of B3 (Novo Mercado; Nível 1; Nível 2; Bovespa Mais and Bovespa Mais 2) were analyzed. From CPC 04 - Intangible Assets, the analysis items were segregated to verify the disclosure in the sample companies. The results showed the companies had high percentages of adherence to the requirements present in CPC 04, which regulates the measurement, recognition and disclosure of intangible assets. Analyzing the economic sectors, the Gas and Biofuels sector was the one with the highest percentage of disclosure, perhaps a consequence of the high degree of demandability of government regulations that regulate the sector. Observing the results segregated by level of corporate governance, it was found that companies at Level 2 were those that had the highest percentages of disclosure of information, while Level Bovespa Mais was the one with the lowest percentage. Even the lowest percentage of disclosure at the Bovespa Mais level was not considered low, showing that the companies participating in the B3 corporate governance levels have a percentage of compliance with the CPC 04 standard considered satisfactory.

Keywords: *Disclosure. Intangible assets. Corporate governance.*

1 INTRODUÇÃO

A competitividade empresarial influencia a rotina de muitas empresas, que buscam diferenciais para se manter ativas e em evolução no mercado. Com isso, a evidenciação das informações contábeis constantes nas demonstrações financeiras se torna uma ferramenta relevante para a estratégia empresarial (ANTUNES; LEITE, 2008).

Rodeado por mudanças rápidas e constantes, o cenário econômico se dispõe de mais um fator: “uma sociedade influenciada pela era do conhecimento e, onde as alterações ocorrem de maneira rápida e constante” (MOURA; FANK; VARELA, 2012, p. 18), as empresas precisam buscar alternativas para se diferenciar. Autores como Antunes e Leite (2008), Ritta, Ensslin e Ronchi (2010) e Moura *et al.* (2013) indicam que a evidenciação dos ativos intangíveis configura como elemento indispensável para o conhecimento da estrutura da empresa pois contribuem para o aumento do valor da mesma, proporcionando vantagem competitiva.

Apesar disso, Moura, Fank e Varela (2012) apontam que a evidenciação dos ativos intangíveis só poderá ressaltar a realidade da companhia se passarem por um processo constante de identificação, mensuração, desenvolvimento, avaliação e atualização decorrida no tempo. É nesse cenário que a Governança Corporativa (GC) auxilia as empresas, pois é uma ferramenta que contribui para a adoção correta das normas contábeis e eleva os padrões de qualidade das informações, além de assegurar a adequada comunicação com investidores e interessados nas informações sobre desempenho dos ativos intangíveis (MOURA; VARELA; BEUREN, 2014).

Dada a relevância dos ativos intangíveis na economia mundial e a necessidade de uma correta avaliação, mensuração e divulgação desses ativos, em 2004 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04, que tem o objetivo de instruir quanto ao tratamento contábil dos ativos intangíveis, quanto a critérios de reconhecimento e mensuração do valor contábil e quanto às exigências de divulgação específica sobre esses ativos (CPC, 2010). A utilização das ferramentas disponíveis como a governança corporativa, associada com a ampla aderência da normatização, possibilita às empresas a maximização do poder informativo das demonstrações financeiras (MOURA; VARELA; BEUREN, 2014).

Com isso, tem-se o seguinte problema de pesquisa: qual o nível de evidenciação dos ativos intangíveis das empresas participantes dos níveis de governança corporativa da B3 em relação à norma CPC 04?

Segundo aponta Reina *et al.* (2009), observa-se uma crescente demanda por informações relacionadas aos ativos intangíveis, dada a relevância destas para a estrutura das empresas e até para tomada de decisão gerencial e de acionistas. De acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI, 2018) a inclusão de informações sobre ativos intangíveis nas demonstrações financeiras publicadas pelas empresas reduz a assimetria informacional, contribuindo assim para aumento da qualidade dos demonstrativos das empresas, tornando estes relatórios uma ferramenta mais confiável.

Por outro lado, a governança corporativa, também presente no objetivo desse estudo, destaca-se na relevância da pesquisa, pois esse tema aborda uma relação muito importante entre a empresa e o usuário das informações (gestores, acionistas, governo, estudantes...). Os níveis de governança corporativa da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) têm o objetivo de destacar as empresas que prezam por regras de governança que vão além das obrigações que as mesmas têm perante a Lei das Sociedades por Ações. Além disso, busca dar maior transparência ao mercado de capitais como forma de atrair mais investidores e aumentar o volume de transações (B3, 2019).

A partir do exposto, o objetivo do estudo foi analisar a evidenciação dos ativos intangíveis nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) das empresas participantes dos níveis de governança corporativa da B3.

Com isso, o estudo se limita a análise das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) das empresas listadas na B3 e que são participantes dos níveis de Governança Corporativa da bolsa. As demonstrações financeiras foram aquelas que representam o exercício findo em 2018. O tema englobou os ativos intangíveis e teve como base de análise o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A relevância do tema está na evidenciação do panorama relacionado à evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas que possuem títulos negociáveis em bolsas de valores abertas ao público, conforme apontado por Ritta, Ensslin e Ronchi (2010). Os autores ainda indicam que essa classe de ativos causa muita controvérsia, e com isso, estudos relacionados a esse tema auxiliam não só as empresas, mas também investidores, acionistas e demais usuários das informações financeiras, evidenciando a composição das empresas de forma quantitativa e qualitativa.

Complementando, Mazzioni, Domnico e Bedin (2014) afirmam que são relevantes estudos que proponham relacionar a normatização brasileira em vigor e o nível de atendimento nas empresas com negociação pública de ações relativas a ativos intangíveis. Com isso, usuários das informações poderão atestar a qualidade das informações publicadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação

A evidenciação contábil, também denominada de *disclosure*, relaciona-se com o objetivo primordial da contabilidade, que é proporcionar informações diferenciadas que possam suprir a necessidade de vários diferentes interessados, de acordo com Meneses, Ponte e Mapurunga (2013). Os autores ainda complementam que a evidenciação dos fatos acerca do patrimônio da empresa representa a essência da contabilidade.

Segundo Antunes, Silva e Saiki (2009), a evidenciação voltada para o usuário externo auxilia na decisão de comprar, manter ou vender ações e investimentos, permite a avaliação da capacidade de honrar pagamento de dividendos, além de dar visibilidade das estratégias atuais e futuras das empresas (estratégias financeiras, estruturais, ambientais...).

Oliveira *et al.* (2004) indica que a evidenciação só trará benefícios se for efetuada corretamente, apresentando informações quantitativas e qualitativas de forma ordenada, tempestiva e adequada. A partir disso, órgãos reguladores expediram normas com frequência que objetivam orientar o tratamento da elaboração e evidenciação das informações contábeis. Dentre as normas, uma delas é voltada exclusivamente para os ativos intangíveis, como será visto no próximo tópico. Ativos esses que, segundo Moura *et al.* (2013), vêm ganhando muito espaço nas divulgações das empresas devido ao seu poder de proporcionar uma grande vantagem competitiva no mercado, além de contribuir para o aumento do valor da empresa.

2.2 Ativos Intangíveis e o CPC 04

O CPC (2010) define ativos intangíveis como ativos não monetários identificáveis sem substância física. A definição de Kayo (2002) complementa indicando que esses ativos

representam uma estrutura composta por conhecimentos, práticas e atitudes da companhia que contribuem para agregar valor, ao interagir com os ativos fixos e capital de giro da empresa.

Alguns exemplos de ativos intangíveis podem ser citados como: capital intelectual (capacidade intelectual humana); marcas; patentes; fidelidade de clientes e fornecedores (carteira de clientes e relacionamento com fornecedores); tecnologias informacionais (exemplo: *softwares*); indicadores de qualidade; direitos autorais; corpo funcional (funcionários); desenvolvimento de produtos, entre outros (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012).

Alguns atributos de reconhecimento fundamentais para os ativos intangíveis são elencados pelo CPC (2010): para se configurar como ativos intangíveis, estes devem ser identificáveis, controlados e devem gerar benefícios econômicos futuros para a companhia.

Por suas características imateriais e pelos atributos indicados pelo CPC, percebe-se as peculiaridades que envolvem o reconhecimento desses ativos. É nesse cenário que a normatização brasileira entra para tentar auxiliar não somente as empresas na mensuração, reconhecimento e evidência dos ativos intangíveis, mas também os usuários das informações, a norma contábil, já citada anteriormente, que envolve os ativos mencionados é o CPC 04 – Ativo Intangível.

O Pronunciamento Contábil CPC 04 – Ativo Intangível é uma norma aprovada pelo CPC que tem o objetivo de instruir quanto ao tratamento contábil dos ativos intangíveis, quanto aos critérios de reconhecimento e mensuração do valor contábil e quanto às exigências de divulgação específica sobre esses ativos (CPC, 2010).

O CPC 04 também normatiza sobre a identificação dos ativos intangíveis, critérios para definir o controle da empresa sobre o ativo e tipos de benefícios futuros que a empresa pode incluir para que um ativo seja considerado como um ativo intangível. Quanto à divulgação, a norma contém uma sessão separada para esse tema:

- “(a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período (CPC 2010, p. 29)”.

Além da indicação de divulgação acima citada, o tópico ainda passa pelas recomendações de separação por classes de ativos de natureza e com utilização similar nas

atividades da empresa, dá outras recomendações de divulgação não obrigatórias, indica o padrão de divulgação para ativos intangíveis que sejam contabilizados a valores reavaliados e as normas para divulgação de gastos com pesquisa e desenvolvimento (CPC, 2010).

Toda essa normatização define o tratamento contábil que os ativos intangíveis devem receber das empresas, mas a correta utilização, a quantidade, a qualidade, a tempestividade das informações divulgadas pelas empresas ao público depende dela mesma. O que pode auxiliar na exatidão da informação comunicada para beneficiar a empresa e os usuários de tais informações é a governança corporativa, tema do tópico a seguir.

2.3 Governança Corporativa e os Níveis da B3

A prática da governança corporativa traz benefícios para as empresas, alguns deles são elencados por Moura et al. (2012), como fortalecer o mercado financeiro em virtude da contribuição para o acesso a informações de qualidade sobre a empresa, maximização dos resultados da companhia por meio de estratégias diferenciais adotadas e proteção para investidores pela garantia de maior transparência das informações estruturais e financeiras da empresa.

A governança corporativa é um conceito que surgiu em meio a um cenário onde se observava “falta de transparência das empresas e a conduta nem sempre correta com acionistas minoritários e com a sociedade” que acarretavam na ineficiência do mercado acionário e conseqüentemente para economia como um todo (OLIVEIRA *et al.*, p. 2). Com isso, a divulgação de demonstrações que possibilitem o conhecimento da estratégia da empresa para investidores, transparência nas informações para fornecedores e credores e organização das informações que auxiliem na tomada de decisão para administradores são uma necessidade.

O conceito de GC se encaixa nessa conjuntura pois, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2019), este é o sistema pelo qual as organizações, financeiras ou não, são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

O IBCG (2019) ainda indica que as boas práticas de GC tem a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor econômico e financeiro de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

Percebe-se que a GC não beneficia apenas usuários externos, mas também a própria empresa. Mendonça e Terra (2017) reforçam essa ideia ao indicar que a companhia pode assegurar o financiamento de acionistas e credores por meio do comprometimento do “contrato” firmado por meio dos mecanismos de GC, ou seja, a empresa se empenha em mitigar possíveis comportamentos oportunistas dos gerentes e acionistas majoritários. Ao implementar esses mecanismos na empresa, ela aumenta a garantia do financiamento de terceiros, pois mostra maior comprometimento.

Para Shleifer e Vishny (1997), o entendimento da GC não apenas ilumina a discussão de melhorias talvez marginais nas economias ricas, mas também pode estimular grandes mudanças institucionais nos locais onde elas precisam ser feitas. Em consequência disso, o aumento do interesse no tópico de governança corporativa entre bancos de investimento, agências de classificação e outras instituições financeiras especializadas também aumentaram, como apontado por Klapper e Love (2002).

No Brasil, para impulsionar a prática da GC e fomentar o mercado de capitais, a B3 criou no ano 2000 os Níveis Governança Corporativa. São segmentos especiais de listagem destinados à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem com a adoção de práticas de GC adicionais em relação ao que é exigido pela legislação, ampliando os direitos dos acionistas e melhorando a qualidade das informações (ZITTEI; MOURA; HEIN, 2015). Esses são segmentos voluntários e, a partir deles, a B3 tem a intenção de valorizar as empresas e criar um ambiente mais competitivo em negociações (B3, 2019). Os cinco Níveis de GC atuais da B3 com suas peculiaridades e diferenciais são apresentados no Anexo 1.

Tem-se que a exigibilidade para compor a listagem do Novo Mercado é maior em comparação com os outros níveis. O Nível 2 está mais próximo do Novo Mercado, seguido pelo Nível 1 em uma escala de exigibilidade. Os segmentos Bovespa Mais e Bovespa Mais 2 foram os últimos criados pela B3, em 2005, com o objetivo de inserir novas empresas que desejam acessar o mercado de forma gradual.

2.4 Estudos Anteriores

Dada a relevância dos ativos intangíveis para o valor da empresa e a importância da sua evidência para os usuários da informação, bem como para a estratégia empresarial, como visto anteriormente, a combinação desses temas já foi objeto de estudos de muitos autores. Destacam-se alguns deles.

Logo no início da adoção da norma CPC 04 – Ativo Intangível, Antunes, Silva e Saiki (2009) analisaram o grau de aderência das companhias abertas brasileiras listadas na Bolsa de Valores em relação às alterações introduzidas pela nova legislação quanto aos Ativos Intangíveis, ou seja, o CPC 04 e a Lei 11.638 de 2007, também recente na época do estudo. Os autores analisaram as demonstrações financeiras anuais do exercício de 2008. Utilizando o método descritivo e qualitativo, a amostra do estudo foi composta pelas empresas de capital aberto e integrantes do segmento Novo Mercado da B3. Observou-se a intenção das empresas de aderirem ao novo contexto legal, mas também foram identificadas dificuldades pelas mesmas. Concluiu-se que pode ser considerado que houve uma evolução em termos de reconhecimento dos benefícios gerados pela ação do recurso do conhecimento nas organizações.

Já os autores Cunha *et al.* (2011) analisaram três diferentes períodos, 2005, 2007 e 2009, com objetivo semelhante ao de Antunes, Silva e Saiki (2009), de analisar a evidenciação de ativos intangíveis fornecidos pelas empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, em relação ao que dispõem as normas brasileiras e internacionais. O pano de fundo metodológico dos autores se baseou na norma internacional IAS 38 (correlata ao CPC 04) e a Lei 11.638 de 2007. Por meio de um estudo descritivo, qualitativo e bibliográfico, os resultados apontaram que a partir da vigência da Lei 11.638/07, grande parte das empresas passaram a evidenciar os ativos intangíveis no Balanço Patrimonial. Assim como no estudo de Antunes, Silva e Saiki (2009) ficou evidenciado que a normatização influenciou na maior divulgação envolvendo ativos intangíveis por parte da empresa.

Já os próximos três estudos a serem mencionados, além de analisarem a evidenciação dos ativos intangíveis, a relacionaram com a governança corporativa. O primeiro deles é o estudo de Moura *et al.* (2013). Os autores realizaram um estudo onde buscaram verificar se entre as maiores empresas listadas na B3, aquelas com maior conformidade (em relação ao CPC 04) quanto ao *disclosure* obrigatório sobre os ativos intangíveis, e com maior proporção de tais ativos em seu ativo fixo, foram as que apresentaram melhores práticas de governança corporativa. Utilizando uma análise documental, descritiva e quantitativa nas demonstrações financeiras do ano base 2009 de 49 empresas da bolsa, identificou-se que entre as maiores empresas brasileiras listadas nos diversos setores econômicos da B3, aquelas com maior conformidade quanto ao *disclosure* obrigatório sobre os ativos intangíveis, apresentaram melhores práticas de governança corporativa.

Na mesma linha de Moura *et al.* (2013), Moura, Varela e Beuren (2014) verificaram se empresas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de

governança corporativa apresentam maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos. Utilizou-se a mesma base metodológica que Moura *et al.* (2013), também analisando as demonstrações financeiras do exercício de 2009, mas a amostra do estudo de Moura, Varela e Beuren (2014) foi composta por 260 empresas. Assim como no estudo de Moura *et al.* (2013), os autores concluíram que entre empresas de diferentes setores da B3, aquelas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa, apresentam maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos.

Zittiei, Moura e Hein (2015), acrescentaram em seu estudo a relação com os Níveis de GC da B3. O objetivo do estudo foi verificar se o fato das empresas estarem listadas ou não em níveis diferenciados de governança corporativa da B3, implica em características diferentes em relação aos valores e tipos de ativos intangíveis evidenciados nas demonstrações contábeis, com base no CPC 04. Por meio de uma análise descritiva, documental e quantitativa (utilizando regressão logística), analisou-se 192 empresas, em diferentes setores econômicos brasileiros, listadas na B3.

Ainda sobre o estudo de Zittiei, Moura e Hein (2015), os resultados apontaram que os ativos intangíveis mais evidenciados foram *softwares*, marcas e patentes, ágio e contratos de concessão. Quanto aos valores dos ativos intangíveis, o novo mercado se destacou, pois, nesse nível de governança as empresas da amostra possuíam, em média, maiores valores. Observou-se que, o fato de as empresas estarem listadas ou não em níveis diferenciados de GC implica em diferentes percentuais de intangíveis em relação ao ativo fixo e, também, no registro de intangíveis de maior complexidade (investimento em ágio, relacionamento com fornecedores e clientes, desenvolvimento de pesquisas).

Os trabalhos destacados atestam a relevância da evidenciação, do pronunciamento CPC 04 e da governança corporativa para o tema acerca dos ativos intangíveis. A partir disso, se deu o objetivo proposto pelo estudo, utilizando um período mais recente que os trabalhos mencionados acima e com as novas atualizações dos níveis de governança corporativa da B3. A seguir, a metodologia utilizada para alcançar tal objetivo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa se caracteriza por observar, registrar, analisar, classificar e interpretar dados e fenômenos sem a interferência do pesquisador.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se classifica como qualitativa, pois, segundo Richardson (2017), busca compreender e classificar processos dinâmicos de determinada população, no caso desse estudo, das empresas listadas na B3 e participantes dos níveis de governança corporativa da bolsa.

A pesquisa utilizou o procedimento técnico do tipo documental, pois empregou como base dados secundários, como as demonstrações financeiras das empresas da amostra, que foram utilizadas como fonte de informação para a investigação proposta (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Como mencionado, o estudo analisou as empresas listadas na B3 e que fazem parte dos níveis diferenciados de governança corporativa propostos pela bolsa: Novo Mercado-NM; Nível 1 – N1; Nível 2 – N2; Bovespa Mais - MA; e Bovespa Mais 2 – M2. Com isso, a amostra foi composta por 200 empresas representantes dos diversos setores de atuação da B3. O quantitativo da amostra distribuído por setor econômico e por nível de governança corporativa está apresentado no Anexo 2. Foram observadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) das companhias da amostra relativas ao exercício finalizado em 2018, último relatório disponibilizado ao público na data de realização deste estudo.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio do *site* da B3, onde são publicadas periodicamente as demonstrações financeiras completas de todas as empresas listadas na bolsa.

Para a análise dos dados, listaram-se os principais quesitos constantes no Pronunciamento Contábil CPC 04 – Ativo Intangível, considerados informações obrigatórias segundo a norma. Os quesitos listados são adaptados do estudo de Moura, Varela e Beuren (2014), e observou-se principalmente aqueles relacionados com a vida útil/valor contábil; amortização; e adições/baixas.

Quadro 1: Quesitos de evidenciação obrigatória do CPC 04 – Ativo Intangível

Classificação	Quesito
Vida útil/valor contábil	1 Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2 Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
	3 Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?
	4 Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	5 Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
	6 Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
	7 Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
	8 Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
	9 Divulgou o valor dos compromissos contratuais da aquisição de ativos intangíveis?
Amortização	10 Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
	11 Divulgou o valor contábil da amortização do período?
	12 Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
	13 Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos com vida útil definida?
	14 Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
Adições/baixas	15 Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	16 Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	17 Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	18 Divulgou se os ativos adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?
	19 Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?

Fonte: Adaptado de CPC 04 (2010) e Moura, Varela e Beuren (2014).

Para a análise dos dados, algumas etapas foram procedidas:

- Separação das empresas que evidenciam ativos intangíveis em suas DFPs do exercício proposto;
- Análise descritiva da amostra: quantidade de empresas; setor de atuação; tipos de ativos intangíveis evidenciados; disposição monetária dos ativos; e o percentual de representatividade desses ativos em relação ao ativo total da empresa (percentual);
- Tabulação do que foi evidenciado nos relatórios das empresas em relação aos ativos intangíveis versus a normatização indicada no Quadro 1.

A tabulação se dará conforme pontuação do Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Pontuação para análise do grau de evidenciação da norma CPC 04

Evidenciação da exigência da norma	Pontuação
Não foi evidenciação pela empresa	0
Foi evidenciado pela empresa	1
Não se aplica a empresa	N/A

Fonte: elaborado pelo autor.

Para se calcular o percentual de evidenciação, foi dividida a pontuação computada para cada empresa pela pontuação máxima que a empresa poderia conseguir (excluindo-se aqueles quesitos que não se aplicam à empresa). Por exemplo, após análise da evidenciação dos 19 quesitos nas DFPs da empresa X observou-se que se aplicam 15 destes. Com isso, se desses 15 quesitos a empresa pontuou em 12 deles, o grau de evidenciação da empresa X para os quesitos analisados seria: 12 (pontuação obtida), dividido por 15 (pontuação máxima aplicável), ou seja, percentual de evidenciação igual a 80%.

O mesmo vale para a análise por quesito: Se o quesito 1 foi observado em 150 das 200 empresas, e destas 200 empresas o quesito era aplicável a 180, então o percentual de evidenciação do quesito 1 seria: 150 (pontuação obtida), dividido por 180 (pontuação máxima aplicável), ou seja, 83%.

Após aplicação da metodologia proposta, algumas questões foram observadas: excluiu-se uma empresa que não apresentou DFPs publicada no site da B3 relativa ao ano de análise indicado; excluiu-se as empresas que não apresentaram no seu Balanço Patrimonial, saldo relativo a intangíveis, com isso foram excluídas 27 empresas; excluiu-se as empresas onde o total monetário dos ativos intangíveis não ultrapassou 1% do total do ativo da empresa, por estabelecer que o ativo intangível menor que 1% do total do ativo pouco impacta no financeiro da empresa, com isso foram excluídas 95 empresas. Assim, a amostra final totalizou 77 empresas. Em média, os ativos intangíveis tinham percentual de representatividade em relação ao ativo total das empresas de 15%. Para essa amostra, os resultados se deram conforme apresentado a seguir.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A descrição e análise dos resultados está subdividida da nos seguintes tópicos: apresentação descritiva dos intangíveis das empresas da amostra; apresentação do percentual de evidenciação dos intangíveis por setor econômico; e apresentação do percentual de evidenciação dos intangíveis por nível de governança corporativa.

4.1 Descrição dos intangíveis das empresas da amostra

Agrupou-se os intangíveis evidenciados pelas empresas da amostra em Grupos de Ativos Intangíveis, para assim observar o perfil do total desses ativos. Uma média foi calculada por setor econômico para observância dos resultados, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos ativos intangíveis apresentados pelas empresas da amostra por setor econômico

SETOR ECONÔMICO	GRUPO DE ATIVOS INTANGÍVEIS										
	Ágio	Marcas e patentes	Contratos de Concessão	Projetos em Desenvolvimento	Direito de uso	Software	Carteira de Clientes	Fundo de Comércio	Combin. de Negócios	Outros	Total
Bens Industriais	29%	8%	7%	13%	7%	34%	1%	0%	0%	0%	100%
Comunicações	0%	0%	98%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	100%
Consumo Cíclico	38%	2%	1%	9%	11%	31%	2%	6%	0%	0%	100%
Consumo não Cíclico	60%	18%	0%	0%	2%	9%	0%	3%	0%	8%	100%
Financeiro	28%	21%	1%	0%	16%	17%	0%	0%	17%	0%	100%
Materiais Básicos	34%	1%	33%	0%	0%	10%	22%	0%	0%	0%	100%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	32%	0%	46%	5%	0%	18%	0%	0%	0%	0%	100%
Saúde	58%	3%	0%	24%	1%	14%	1%	0%	0%	0%	100%
Tecnologia da Informação	18%	3%	0%	49%	0%	11%	16%	0%	2%	0%	100%
Utilidade Pública	2%	0%	47%	18%	5%	2%	6%	0%	12%	8%	100%
MÉDIA TOTAL	30%	6%	23%	12%	4%	15%	5%	1%	3%	2%	100%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 que a maioria dos ativos intangíveis que as empresas da amostra detêm estavam relacionados com Ágio (média 30%), principalmente referente a aquisições de investimentos. Os setores econômicos que mais impulsionaram o resultado para este grupo de ativos intangíveis foram: Consumo não Cíclico e o setor da Saúde. O setor de Consumo não Cíclico é composto por empresas do subsetor de Alimentos Processados e Comércio e Distribuição. Já o setor da Saúde engloba além do subsetor de Serviços Médicos e Medicamentos, os subsetores de Equipamentos e Comércio e Distribuição. Este resultado pode ter sido consequência de fusões, reorganizações e incorporações constantes que ocorrem pelas empresas, mas uma relação específica com esses subsetores não foi observada.

O grupo de ativos relacionado a Contratos de Concessão também representou grande parte dos valores das empresas (média de 23% dos valores). As maiores médias percentuais

estavam presentes nos setores de Comunicação, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Utilidade Pública. Esse resultado era esperado para esses setores, pois neles há empresas com atividades diretamente dependentes de concessões, principalmente governamentais, que são empresas do subsetor de telecomunicações, extração de materiais orgânicos do solo e serviços de disponibilização de água, saneamento e energia. Todos esses subsetores são regulados por entidades do governo, e com isso, a evidenciação segregada desse grupo era esperada.

Esses resultados (ágio e contratos de concessão) vem ao encontro do estudo realizado por Zittie, Moura e Hein (2015) em relação a outros ativos intangíveis. Entretanto, no estudo dos autores, o ativo intangível *Softwares* foi aquele que mais foi evidenciado pelas empresas, divergindo-se assim dos resultados deste estudo.

Os grupos com menor representatividade foram: Fundo de Comércio (1%), Combinações de Negócios (3%) e Outros (2%). Para o Fundo de Comércio, a dificuldade no estabelecimento de valores de bens incorpóreos relacionados a este grupo, pode ter influenciado no baixo valor monetário apresentado desses ativos em relação aos demais intangíveis. Já as Combinações de Negócios podem ter apresentado baixo valor por representar os valores da negociação de uma pequena parte do negócio de uma empresa adquirida por outra.

4.2 Percentual de evidenciação dos intangíveis por setor econômico

A Tabela 2 expõe o resultado do percentual de evidenciação dos ativos intangíveis segregados pelos quesitos propostos e por setor econômico.

Tabela 2 – Percentual de evidenciação dos quesitos relacionados aos ativos intangíveis por setor econômico

		SETOR ECONÔMICO											
Classificação	Quesito	Bens Industriais	Comunicações	Consumo Cíclico	Consumo não Cíclico	Financeiro	Materiais Básicos	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Saúde	Tecnologia da Informação	Utilidade Pública	Total por quesito	
Vida útil/ valor contábil	1	100%	100%	100%	100%	83%	100%	100%	100%	100%	100%	99%	
	2	100%	100%	90%	78%	83%	100%	100%	78%	75%	100%	90%	
	3	54%	0%	57%	67%	83%	67%	67%	56%	25%	75%	60%	
	4	77%	100%	86%	78%	100%	100%	100%	89%	50%	75%	83%	
	5	100%	100%	100%	89%	83%	100%	100%	100%	75%	100%	96%	
	6	100%	100%	100%	89%	83%	100%	100%	100%	100%	100%	97%	
	7	8%	NA	NA	22%	NA	0%	NA	NA	NA	NA	13%	80%
	8	8%	NA	10%	0%	NA	NA	NA	11%	NA	NA	NA	80%
	9	31%	0%	0%	44%	17%	0%	33%	11%	25%	50%	22%	
Amortização	10	92%	100%	86%	56%	67%	100%	100%	89%	50%	100%	83%	
	11	85%	100%	57%	56%	67%	100%	100%	67%	50%	100%	71%	
	12	92%	100%	95%	78%	83%	100%	100%	100%	100%	100%	94%	
	13	92%	100%	95%	67%	67%	100%	100%	89%	75%	88%	88%	
	14	15%	0%	24%	22%	17%	33%	0%	33%	25%	25%	22%	
Adições/ baixas	15	54%	0%	48%	78%	67%	67%	67%	67%	75%	25%	57%	
	16	NA	NA	5%	0%	NA	NA	67%	NA	NA	63%	67%	
	17	NA	NA	5%	0%	NA	NA	67%	NA	NA	88%	91%	
	18	NA	NA	5%	0%	NA	NA	67%	NA	NA	75%	82%	
	19	NA	100%	19%	22%	17%	NA	33%	NA	NA	0%	75%	
Total por setor econômico		77%	71%	73%	68%	70%	82%	85%	75%	63%	80%		

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 2, observou-se que quesitos menos evidenciados pelas empresas foram: divulgação dos valores dos compromissos contratuais na aquisição de ativos intangíveis (quesito 9 – 22%); e divulgação da rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de intangível foi incluída (quesito 14 – 22%). Quanto a divulgação dos compromissos contratuais, poucas empresas apresentaram evidenciação sobre esse quesito, sendo que maioria das empresas que fizeram essa evidenciação foram aquelas do setor de Utilidade Pública, muito envolvida com contratos de concessão. Já a divulgação da rubrica da demonstração de resultado da amortização foi destacada por poucas empresas em sua maioria na própria Demonstração do Resultado do Exercício, na Demonstração do Fluxo de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado.

O setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis foi aquele com maior percentual de evidenciação (85%) dentre os demais setores econômicos analisados, enquanto que o setor de Tecnologia da Informação foi aquele com menor percentual (63%). O setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, como já mencionado anteriormente, está diretamente relacionado com

extração de materiais orgânicos do solo e é normatizado por legislação governamental, este pode ter sido um fator que influenciou esse setor a ter um maior percentual de aderência à norma do CPC 04 relacionada neste estudo.

Cabe destacar que informações relacionadas ao reconhecimento dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistências governamentais, divulgação de valores dos ativos cuja titularidade é restrita e valores de ativos oferecidos como garantia de obrigações foram pouco observados nas empresas da amostra, mas em contra partida, estes foram quesitos não aplicáveis na maioria das empresas, não sendo assim computados na pontuação de evidenciação, com isso o percentual total de evidenciação das empresas não foi afetado.

4.3 Percentual de evidenciação dos intangíveis por nível de governança corporativa

Como proposto pelo estudo, a Tabela 3 apresenta os resultados da pesquisa segregados por nível de governança corporativa da B3.

Observa-se na Tabela 3 que o grupo de empresas integrantes do Nível N2 de governança corporativa da B3 foi aquele com maior percentual de evidenciação das informações relacionadas aos ativos intangíveis (85%). Já o Nível MA foi aquele com menor percentual (69%), conforme indicado a seguir.

Tabela 3 – Percentual de evidenciação das empresas da amostra agrupadas por nível de governança corporativa

CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA				
	Nível M2	Nível MA	Nível N1	Nível N2	Nível NM
Vida útil/valor contábil	86%	81%	80%	86%	77%
Amortização	70%	64%	77%	83%	70%
Adições/ baixas	50%	17%	67%	88%	64%
Percentual total por Nível de GC	77%	69%	77%	85%	73%

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Esperava-se que o Nível NM fosse aquele com maior percentual total, visto que esse nível de GC tem maior grau de exigibilidade para compor essa listagem em comparação com os outros níveis. Com isso, os resultados desta análise divergem do apresentado no estudo de Zittiei, Moura e Hein (2015), que indicou que as empresas listadas no Nível NM apresentaram maiores percentuais de evidenciação. Apesar disso, o Nível 2 é o nível mais próximo do NM em questões de exigência, então esperava-se que esse nível tivesse um alto percentual de aderência da norma também.

O fato de o Nível MA estar entre aqueles com menor percentual de evidenciação em relação à norma dos ativos intangíveis era esperado, pois o nível de exigência está entre os menores para compor a listagem, juntamente com o Nível M2. Apesar disso, o percentual de 69% não foi considerado baixo, mostrando que as empresas participantes dos níveis de governança corporativa da B3 têm um percentual de aderência da norma CPC 04 dos ativos intangíveis satisfatório.

Devido aos percentuais dos outros níveis de GC, não se pode concluir o mesmo indicado no estudo de Moura *et al.* (2013) e Moura, Varela e Beuren (2014), onde a maior conformidade com a evidenciação dos ativos intangíveis foi apresentada pelas empresas participantes dos níveis mais exigentes de governança corporativa. Talvez a divergência ocorreu pelo intervalo de tempo entre os estudos e a variação de empresas das amostras. Com isso, devido aos resultados divergentes, pode-se inferir que ainda não há consenso quanto ao tema evidenciação dos ativos intangíveis relacionados aos níveis de governança corporativa da B3.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve o objetivo de analisar a evidenciação dos ativos intangíveis nas Demonstrações Financeiras Padronizadas das empresas integrantes dos níveis de governança corporativa da B3 e os principais resultados estão apresentados a seguir.

O perfil de distribuição dos ativos intangíveis nas empresas da amostra indicou que a maior parte do valor desses ativos estavam relacionados com Ágios e Contratos de Concessão, enquanto que Fundos de Comércio e Combinação de Negócios apresentaram as menores médias de valores em relação ao total dos ativos intangíveis. Em média, os ativos intangíveis tinham em percentual de representatividade em relação ao ativo total das empresas de 15%.

Observando os quesitos relacionados com o CPC 04, conforme proposto na metodologia do estudo, os percentuais de evidenciação apresentados pelas empresas foram considerados altos, pois a grande maioria dos quesitos obteve altos percentuais de evidenciação (acima de 70%). Os resultados apontaram ainda que, as empresas evidenciaram quase que unanimemente informações básicas relacionados aos ativos intangíveis, sendo elas valores monetários no começo do período, a amortização acumulada e os valores no final do

período, evidenciado assim as mutações numéricas desses ativos. Por outro lado, os quesitos menos evidenciados pelas empresas foram aqueles relacionados a divulgação dos valores dos compromissos contratuais na aquisição de ativos intangíveis e divulgação da rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de intangível foi incluída.

Analisando os setores econômicos, o setor de Gás e Biocombustíveis foi aquele que apresentou maior percentual de evidenciação. As atividades das empresas deste setor estão diretamente relacionadas com extração de materiais orgânicos do solo e é normatizado por legislação governamental, este pode ter sido um fator que influenciou esse setor a ter um maior percentual de aderência à norma do CPC 04.

Observando os resultados segregados por nível de governança corporativa, constatou-se que as empresas do Nível N2 foram aquelas que apresentaram os maiores percentuais de evidenciação das informações, enquanto que o Nível MA foi aquele com menor percentual. Com isso, notou-se que um dos níveis com maior grau de exigibilidade para compor essa listagem de governança da B3 apresentou o maior percentual de evidenciação dos quesitos relacionados aos ativos intangíveis e o nível com menor grau de exigência também foi aquele com menor percentual de evidenciação. Mas devido aos percentuais dos outros níveis de GC, não se pode concluir que a maior conformidade com a evidenciação dos ativos intangíveis foi apresentada pelas empresas participantes dos níveis mais exigentes de governança corporativa.

Apesar do Nível MA de GC apresentar o menor percentual de evidenciação dentre os outros níveis (69%), o mesmo não foi considerado baixo, mostrando que as empresas participantes dos níveis de governança corporativa da B3 têm um percentual de aderência da norma CPC 04 dos ativos intangíveis satisfatório.

Recomenda-se para estudos futuros a continuidade de análises relacionadas aos ativos intangíveis, dada a relevância dos mesmos mencionados neste estudo. A atualização dos resultados deste estudo em momentos futuros também é sugerida, para fins de comparação e verificação da evolução dos resultados.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. T. P.; SILVA, L. C. P. de; SAIKI, T. G. Evidenciação dos ativos intangíveis (capital intelectual) por empresas brasileiras à luz da Lei 11.638/07. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABC, 2009.
- AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.
- B3. **Segmentos de Listagem**. 2019. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>. Acesso em: 05 out. 2019.
- CUNHA, A. G.; SOUZA, A. A.; SANTANA, L. F.; MAGALHAES, V. G.; PELEGRINI, V. S.; MALAQUIAS, R. F. Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 12, n. 43, p. 21-29, 2011.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível**, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/>>. Acesso em: 03 out. 2019.
- FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicáveis às demais sociedades de acordo com as normas internacionais de e do CPC. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2018.
- IBCG - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **O que é Governança Corporativa**. Disponível: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em 01 out. 2019.
- KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas**: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas. 2002. 110 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2002.
- KLAPPER, L. F.; LOVE, I. Corporate Governance, Investor Protection, and Performance in Emerging Markets. **Journal of Corporate Finance**, v. 10, n. 5, p. 703-728, 2004.

MENDONÇA, F. F. P.; TERRA, P. R. S. Estrutura de Capital e Mecanismos Externos de Governança: uma análise multipaís. In: Encontro Brasileiro de Finanças, 17, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: SBFIn, 2017.

MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Determinantes do nível de disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 10, n. 2, p. 142-153, 2013.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Relação entre ativos intangíveis e governança corporativa em companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 1, p. 120-138, 2013.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2012.

MOURA, G. D.; VARELA, P. S.; BEUREN, I. M. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, p. 140-170, 2014.

OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. S.; SAMPAIO, M. S. A.; CARVALHO, F. A. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

REINA, D.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R.; GALLON, A. V.; RONCHI, S. H. Intangible assets: um estudo epistemológico da produção científica internacional no período de 1996 a 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A Survey of Corporate Governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

ZITTEI, M. V. M.; MOURA, G. D.; HEIN, N. Análise da relação entre ativos intangíveis e os níveis de Governança corporativa em que se encontram listadas as empresas na BM&FBOVESPA. **Revista Científica Hermes**, n. 14, p. 91-117, 2015.

ANEXO 1 – Quadro: Níveis de Governança Corporativa da B3 (Segmentos de Listagem)

Novo Mercado	Segmento de GC altamente diferenciado. Implica por parte da empresa na adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da divulgação de políticas e existência de estruturas de fiscalização e controle. Padrão exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital. Capital exclusivo de ações ordinárias com direito a voto. No mínimo, 25% das ações em circulação além da divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.
Nível 1	As companhias devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Nesse segmento, as empresas se comprometem a manter no mínimo 25% das ações em circulação no mercado.
Nível 2	Além das obrigações contidas no Nível 1, as empresas adotam um conjunto mais amplo de práticas de governança corporativa e direitos adicionais aos acionistas minoritários. Esse segmento está mais próximo do Novo Mercado. As empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN) e essas ações ainda dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa.
Bovespa Mais	Para empresas que querem ingressar na bolsa de maneira gradativa, para ir ganhando visibilidade dos investidores. Tem como objetivo fomentar o crescimento de pequenas e médias empresas via mercado de capitais. Esse segmento possibilita a realização de captações menores se comparadas ao Novo Mercado, mas suficientes para financiar o seu projeto de crescimento. Empresas listadas no Bovespa Mais são isentas da taxa de análise para listagem de emissores (cobrada pela B3 para listagem de companhias) e recebem desconto regressivo na anuidade, sendo 100% no primeiro ano.
Bovespa Mais Nível 2	Similar ao Bovespa Mais, porém com algumas exceções. Assim como no Nível 2, as empresas listadas têm o direito de manter ações preferenciais (PN). As ações preferenciais ainda dão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a empresa, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

Fonte: Adaptado de B3 (2019).

ANEXO 2 – Empresas listadas na B3 e participantes dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa

Setor Econômico	Subsetor	Quantidade de Empresas					Total
		M2	MA	N1	N2	NM	
Bens Industriais	Construção e Engenharia					3	31
	Máquinas e Equipamentos	1	1		1	3	
	Material de Transporte			2	1	2	
	Serviços Diversos		3			3	
	Transporte				3	8	
Comunicações	Mídia		1				3
	Telecomunicações			1		1	
Consumo Cíclico	Automóveis e Motocicletas					2	53
	Comércio			1	1	9	
	Construção Civil		1			16	
	Diversos	1	1			8	
	Hotéis e Restaurantes					2	
	Tecidos, Vestuário e Calçados			2		5	
	Utilidades Domésticas					1	
	Viagens e Lazer	1				2	
Consumo não Cíclico	Agropecuária					4	15
	Alimentos Processados					8	
	Comércio e Distribuição			1		1	
	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza					1	
Financeiro	Exploração de Imóveis				1	10	30
	Intermediários Financeiros			6	4	1	
	Previdência e Seguros				1	5	
	Serviços Financeiros Diversos					2	
Materiais Básicos	Madeira e Papel			1	1	2	14
	Mineração			1		2	
	Químicos		1	1		1	
	Siderurgia e Metalurgia			3		1	
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis				1	7	8
Saúde	Comércio e Distribuição					3	14
	Equipamentos		1				
	Medicamentos e Outros Produtos		2			1	
	Serviços Médicos - Hospitalares, Análises e Diagnósticos					7	
Tecnologia da Informação	Computadores e Equipamentos					1	6
	Programas e Serviços		2			3	
Utilidade Pública	Água e Saneamento		1		1	2	26
	Energia Elétrica			7	6	9	
Total Geral		3	14	26	21	136	200

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa

(N2) Nível 2 de Governança Corporativa

(NM) Novo Mercado

(MA) Bovespa Mais

(M2) Bovespa Mais - Nível 2

Fonte: Adaptado de B3 (2019)